ARROZ

DESDE O ANO PASSADO, TEMIA-SE QUE A FALTA DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA LEVASSE A UM IMPASSE, APÓS A COLHEITA. NO CASO DO ARROZ, A GRANDE SAFRA DO RIO GRANDE DO SUL FOI RETIDA E PRESSIONOU AS COTAÇÕES, ORIGINANDO REAÇÕES DOS PRODUTORES E INFLUENCIANDO O PRÓXIMO PLANTIO.

O ano de 1984 vem sendo caracterizado, na área da orizicultura, por movimentos de agricultores insatisfeitos com os preços, que chegaram a promover um boicote às vendas gaúcha e goiana.

A safra 1983/84 está estimada pelo **IBGE** como uma das maiores colhidas no país, com cerca de 9 milhões de t. O Quadro 09 apresenta o rol dos estados e territórios produtores de arroz, permitindo observar-se a recuperação da produção maranhense e o excelente resultado obtido nas lavouras do Rio Grande do Sul. Destaque-se que, em razão do bom desempenho destes dois estados e da não-ocorrência de problemas na safra goiana, os três principais estados produtores respondem por cerca de 58% da oferta total.

Houve redução da área plantada, mas o clima foi mais favorável do que o do ano anterior e registrou-se a maciça utilização no Rio Grande do Sul de cultivares de alta produtividade. No entanto, a pressão de uma safra volumosa sobre um mercado cuja demanda vem-se retraindo (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 5) era temida pelos produtores e aguardada com expectativa pelas autoridades governamentais, diante do comportamento dos índices inflacionários. Temia-se, também, uma magnificação das dificuldades de comercialização, em face do crédito mais caro e da escassa disponibilidade de recursos oficiais para a manutenção de estoques.

Não havia, na entrada da safra, possibilidade de reversão da tendência do mercado e o que se assistiu fez apenas confirmar as avaliações anteriores. Os preços não se recuperaram, situando-se, então, o preço mínimo, cuja correção encerrou-se em fevereiro, como efetivamente o

QUADRO 09 – BRASIL – ESTIMATIVAS DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE ARROZ EM CASCA – SAFRA 1983/84

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Rio Grande do Sul[1]	724.614	3.119.013	4.304
Maranhão[1]	821.513	1.147.073	1.396
Goiás	1.029.500	1.033.090	1.003
Mato Grosso	566.520	667.949	1.168
Minas Gerais[1]	548.512	598.143	1.090
Santa Catarina[1]	139.771	451.942	3.233
São Paulo[1]	341.200	388.800	1.140
Mato Grosso do Sul[1]	343.142	381.649	1.112
Paraná[1]	196.700	242.570	1.233
Piauí	157.918	199.605	1.264
Rondônia[1]	120.862	181.847	1.505
Pará	115.015	154.835	1.346
Rio de Janeiro[1]	30.869	95.687	3.100
Espírito Santo[1]	31.531	85.500	2.712
Ceará	40.552	82.597	2.037
Acre[1]	22.238	33.601	1.511
Bahia[1]	59.839	30.338	507
Sergipe	10.251	29.892	2.916
Alagoas	6.686	15.554	2.326
Paraíba	7.780	13.250	1.703
Pernambuco	4.080	15.145	3.712
Distrito Federal[1]	12.500	12.170	974
Rio Grande do Norte[1]	7.178	8.731	1.216
Roraima	5.988	9.957	1.663
Amazonas[1]	1.770	2.194	1.240
Amapá	1.166	1.431	1.227
BRASIL	5.347.695	8.996.563	1.682

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, de agosto.
[1] Colheita concluída.

único para praticar vendas. A defasagem entre o período de correção e o do pico da colheita, porém, colocou esse preço mínimo abaixo do que os produtores desejavam (no Rio Grande do Sul, colheu-se até maio) e foi reivindicada sua atualização. Na verdade, desejavam transformá-lo num preço de mercado ou, pelo menos, no que acreditavam ser uma remuneração mais adequada. Parcela expressiva da safra já estava vendida nas primeiras semanas de comercialização, mas envolvendo um pequeno número de produtores, justamente os grandes, mais informados sobre o mercado. Assim, a maior parte dos agricultores, detentores de parte ponderável da safra, teve — e vem tendo — dificuldades para escoar seu produto pelos preços vigentes.

O movimento reivindicatório que se seguiu, iniciando-se no Rio Grande do Sul, e alastrando-se pelo Centro-Oeste, foi conseqüência direta da configuração adversa do mercado, principalmente da falta de crédito de comercialização, pois, em nível nacional, não se pode falar ainda em oferta superavitária (pelo menos enquanto não for perfeitamente dimensionada a retração do consumo). A estimativa da demanda para 1984 está mantida em 9,5 milhões de t, superando a safra. Considerando-se os estoques remanescentes de 550 mil t, haverá certo equilíbrio no abastecimento, mas o balanço de oferta e demanda construído pela **CFP** utiliza uma avaliação menor da safra. Esperava-se que, como tradicionalmente, a partir de setembro as cotações começassem a apresentar alguma recuperação, o que pela primeira vez em alguns anos, não está ocorrendo.

O mercado vem-se mantendo indefinido, mesmo diante da apertada (conjunturalmente) situação dos estoques no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde havia maiores provisões, repassadas entre os intermediários. Ao término do boicote gaúcho, em 15 de julho, as altas de preço foram de 30%



no nível do produtor e de mais de 20% no atacado. Houve influência sobre os preços do arroz de sequeiro de outros estados, também elevados (mesmo no Rio de Janeiro, um pequeno produtor, os agricultores tiveram ofertas de até Cr$ 15.000/60 kg).

Segundo a **Fearroz**, o boicote impediu a saída, na verdade, de somente 1% da safra. Encerrou-se após a liberação de recursos para o **Irga** adquirir 10% da produção nas bases desejadas pelos produtores e quando o mercado aceitou o nível de preços proposto (Cr$ 17.472/50 kg **FOB**). Terminado o boicote, porém, o preço em São Paulo caiu.

Os Gráficos 04 e 05 são ilustrativos do comportamento do mercado em 1983 e 1984, nos principais estados produtores. A evolução mensal do preço recebido pelos orizicultores gaúchos não conseguiu superar a do **IGP** na quase totalidade do período. Nos estados do Centro-Oeste, responsáveis por 23% da oferta, apenas durante o segundo semestre do ano passado a remuneração obtida apresentou ganhos reais.

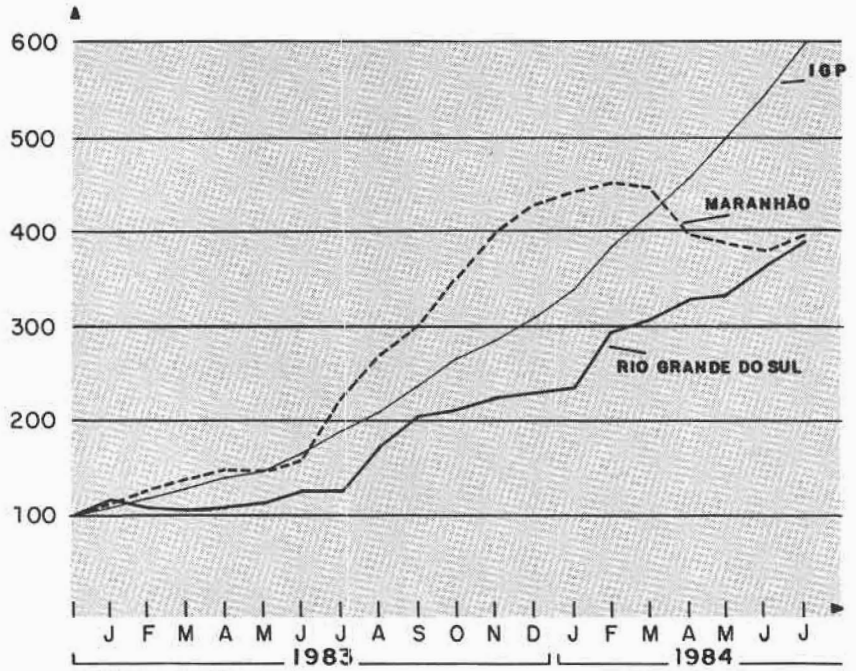
A situação do Maranhão, aparentemente favorável, resultou da forte quebra da safra 1982/83, estimada em 73% pelo **IBGE**, que acarretou um grande déficit no abastecimento do Nordeste. O consumo do estado não ultrapassa as 400 mil t/ano e, embora as perdas de safra sejam muito elevadas (a **Cepa** estima que se percam 33% da produção no beneficiamento e 20% no transporte) sempre há exportações para outros estados. Em 1982, que foi o último ano de safra considerada **normal**, quando teriam sido colhidas 1,5 milhão de t, exportaram-se 648.434 t (45% para o Ceará). Possivelmente, as saídas de produto não tributado devem ter implicado em vendas ainda maiores, pois a safra foi colhida em maio e, em outubro, a **CFP** já se via obrigada a vender seu estoque. Há, também, a possibilidade de a safra ter sido menor (ver **Agroanalysis**, vol 7, nº 9).

No ano passado, os arrozais maranhenses foram duramente castigados

ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO NOMINAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RIO GRANDE DO SUL E NO MARANHÃO E DO **IGP** – 1983 e 1984

(dezembro de 1982 = 100)

GRÁFICO 04

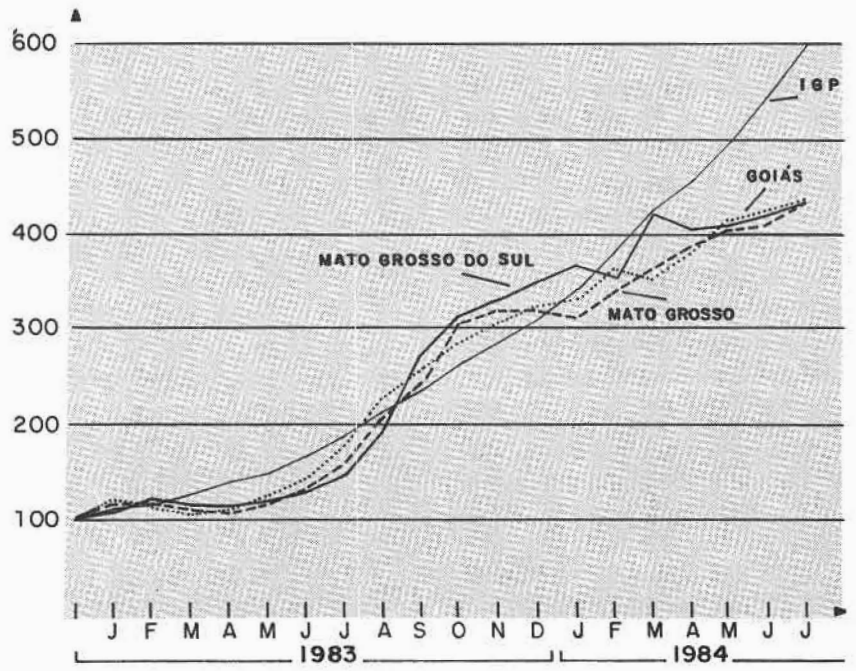


FONTE - FGV/IBRE/CEA

ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE GOIÁS, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL E DO **IGP** – 1983 e 1984

(dezembro de 1982 = 100)

GRÁFICO 05



FONTE - FGV / IBRE / CEA

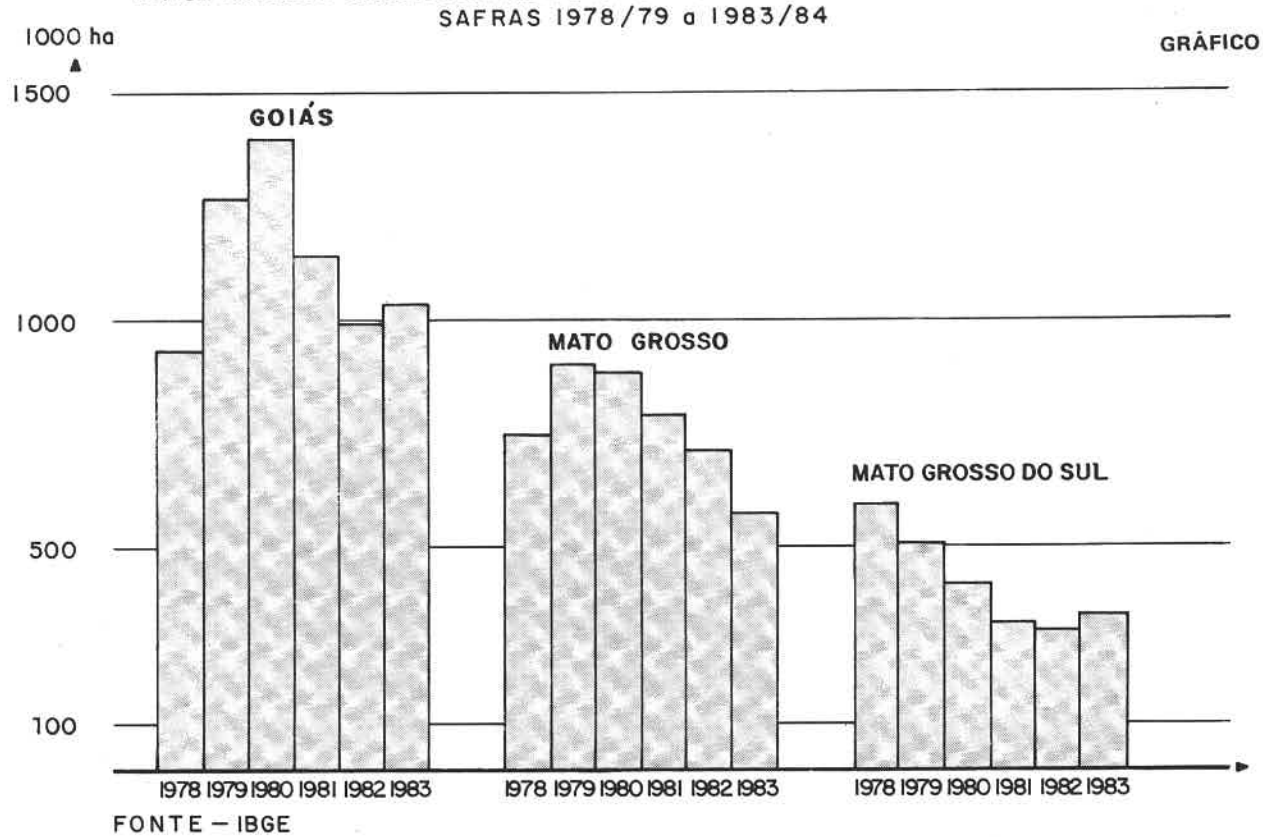
pela estiagem, tendo produzido apenas 596 kg/ha, e não se pode avaliar em que medida os agricultores teriam sido beneficiados pela elevação dos preços. É de se supor, contudo, que as lavouras tecnificadas das regiões de Balsas e Imperatriz venham a reagir bem no próximo plantio, de vez que não só reúnem condições para um melhor enfrentamento de adversidades climáticas, como sua produtividade mais elevada lhes assegura boa rentabilidade. Além disso, de acordo com o **IBGE**, 42,8% dos agricultores maranhenses, em 1980, eram arrendatários e 37,04% ocupantes, com apenas 16,54% proprietários, o que denota a expressiva caracterização itinerante do cultivo, em razão do alto número de ocupantes. Este plantio, mais rudimentar, apresenta uma certa **impermeabilidade** aos sinalizadores do mercado, o que garante a permanência dos produtores rurais na atividade, da qual esperam, em boa parte, tirar tão-somente o necessário à subsistência, comercializando eventuais excedentes.

Nos estados do Centro-Oeste, a redução do plantio do arroz tende a continuar. O Gráfico 06 mostra que, no caso do Mato Grosso do Sul, o processo de abandono da cultura é antigo, mas apresentou uma reversão na safra passada, derivada dos bons preços (no Gráfico 05, os preços recebidos pelos orizicultores do estado aparecem como os de melhor desempenho) e da boa produtividade na safra anterior, que não se repetiu na safra 1983/84.

A razão para a queda do plantio está na substituição pela soja, ali iniciada e com rápida difusão pelos estados vizinhos. No Mato Grosso, a característica de lavoura de desbravamento exigia a incorporação de novas terras e a ausência de créditos de investimento constituiu-se em séria limitação. No Norte do estado, ocorreu abandono das lavouras pela proximidade dos garimpos auríferos e por sua exclusão da área financiada

ARROZ EM CASCA-EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA NOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE
SAFRAS 1978/79 a 1983/84

GRÁFICO 06



FONTE – IBGE

pelo **Proinvest**. Segundo o **Incra**, as agrovilas da região vêm sendo abandonadas e os ganhos da garimpagem têm servido para saldar débitos de custeio anteriormente contraídos.

No plantio goiano também se verifica um certo desestímulo à expansão dos arrozais, mas a tradição do cultivo e sua rusticidade, em grande parte das zonas de produção, asseguram-lhe a presença entre as possíveis escolhas do agricultor, sobretudo em um ano em que lavouras alternativas, como o milho e a soja, também não apresentam boas perspectivas (dentre as culturas alimentícias, apenas o milho registrou menor incremento do que o arroz nos preços recebidos pelos produtores, no primeiro semestre). Cabe registrar a expansão gradativa dos cultivos irrigados, que têm atraído o interesse de empresas do Sudeste e do Sul.

Para a safra 1984/85, o Ministério da Agricultura pretendia conceder estímulos às quatro mais importantes lavouras produtoras de alimentos para o mercado interno (arroz, feijão, milho e mandioca) mediante financiamento de 80% do custeio do plantio. A soja e o algodão receberiam 50% e, os demais cultivos, 60%. Prevaleceu, porém, o interesse na contenção da expansão monetária e aquela inovação, que permitiria ao governo ensaiar o direcionamento da produção agrícola, não foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. A sistemática adotada estabelece que os pequenos produtores, com renda até **2.000 MVR**, ou seja, Cr$ 97.503.800 (pretendia-se que a categoria recebesse a limitação anteriormente dada aos médios produtores, **3.000 MVR**) terão um limite de adiantamento de 80% e os grandes, classificados segundo a renda acima de **2.001 MVR**, farão jus a 60%.

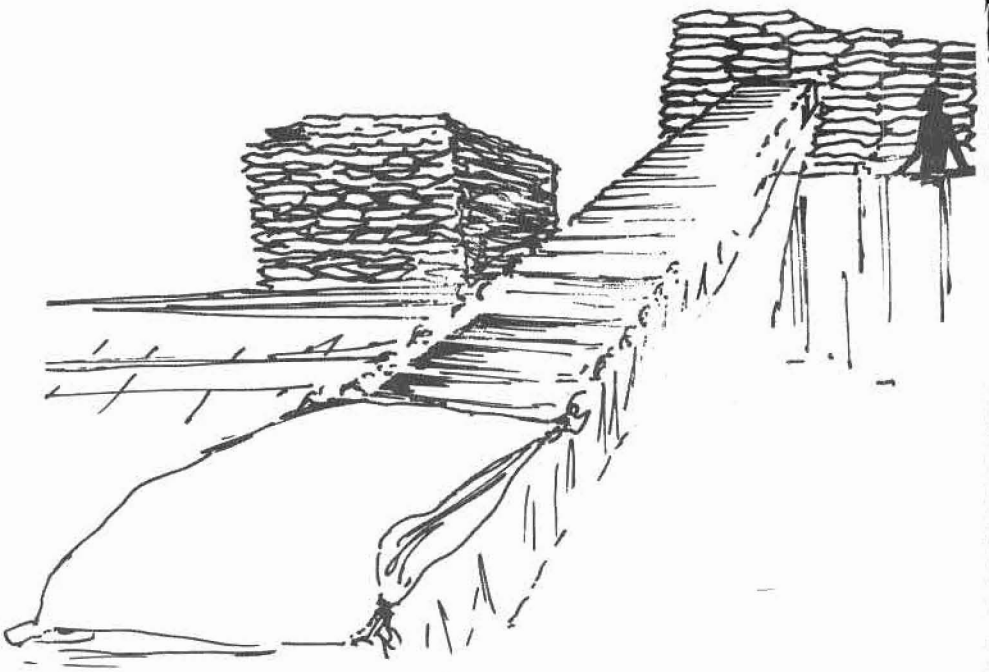
Na safra passada, o produtor que tivesse comprovado uma renda de até **600 MVR** (Cr$ 17 milhões, com o **MVR** de dezembro de 1983 igual a Cr$ 28.294,80) teria direito a 90% do **VBC**. Caso a renda fosse até 3.000 **MVR**, seria aquinhoado com 60% e, acima disso, receberia 40%. Calcula-se que cerca de 65% dos produtores considerados médios, na safra 1983/84 tenham passado à classificação de **pequenos**, beneficiando-se, portanto, do maior limite de adiantamento desta categoria.



No caso do Rio Grande do Sul, em que 70% da produção, segundo o **Depa**, são provenientes de médios e grandes produtores, a alteração foi bastante favorável. Aliás, também a fixação dos Valores Básicos de Custeio pode ser considerada positiva para os agricultores gaúchos, uma vez que, à média da produtividade estadual, de 4.304 kg/ha, com irrigação mecanizada, caberão Cr$ 1.106.000 valor muito próximo do calculado pelo **Irga** (Cr$ 1.116.000).

Em termos dos preços básicos, porém, persiste a indefinição quanto ao possível incentivo ao plantio. A **Fearroz** esperava um valor próximo a Cr$ 25 mil/50 kg para o arroz irrigado e os industriais imaginavam algo entre Cr$ 23 mil e Cr$ 24 mil. Os Cr$ 21.400 fixados superam os preços do mercado atualmente e terão seu período de correção estendido por mais dois meses, indo de agosto a abril, também atendendo aos reclamos dos agricultores (embora os participantes do **XXI Congresso Estadual de Economia Arrozeira**, em julho, tenham proposto ao governo federal o reajuste até 1º de junho).

Com o atendimento de grande parte das reivindicações do meio rural (a prorrogação dos vencimentos dos **EGF's** não foi atendida e estão acontecendo novas manifestações, pois o produto em **EGF's** está custando mais do que as atuais cotações permitem pagar), parece muito difícil a concretização da ameaça de redução deliberada do plantio do arroz, em até 25% da área. É possível supor uma pequena diminuição, cujos motivos, além dos financeiros, incluem as seqüelas do período anormalmente chuvoso deste ano. O preparo da terra, em setembro, deveria ter superado os 30%, mas, no início do mês, não chegava a 5%. Muitos municípios talvez tenham sido bastante prejudicados. Ao longo do litoral da Lagoa Mirim, grandes extensões ainda estão submersas. Mesmo após a descida das águas, o solo esponjoso não se prestará às operações de semeadura.



Parece inevitável que, nas lavouras constituídas, ocorra uma redução das lavrações, gradagens e menores tratos culturais, como resultado de uma capacidade de autofinanciamento menor do que no ano passado, detectada por órgãos do Ministério da Agricultura, que esperam também a ocorrência de renegociações entre proprietários e arrendatários, em torno dos arrendamentos, no Rio Grande do Sul, diante das mudanças recentes da política de crédito agrícola.

Em alguns municípios do cerrado goiano, mineiro e no Distrito Federal, contudo, persiste a insatisfação com o não-atendimento de diversas reivindicações, calculando-se em 30 mil o número de agricultores dispostos a promover um novo boicote, articulados no movimento denominado **Pró-Plantio**, que enfatiza a difícil situação dos cultivos regionais, principalmente do milho e da soja. Diante da impossibilidade de um acordo nos termos propostos pelos produtores, supõe-se que o plantio será feito apenas nas melhores terras, onde houver a quase certeza de uma produção razoável, sem maiores ônus para o agricultor.

O preço mínimo para o arroz de sequeiro está próximo do nível do mercado nos estados centrais e também ainda não se pode avaliar sua repercussão que, a princípio, pareceu favorável.

Na próxima safra, deverá vigorar a liberação das exportações, solicitada há muito tempo pelos orizicultores gaúchos, que começam a se preparar para atuarem de forma organizada. Este ano, as indefinições fizeram com que as vendas ao exterior não ocorressem, pois deveriam ter sido contratadas no início do ano. Caso se consiga efetivar o *pool* almejado pelos produtores, poder-se-á tentar conquistar posição para o arroz *bluebelle*. Recentemente, aventou-se a hipótese de exportação do arroz estocado pelo governo federal, para diminuir a pressão por ele exercida no mercado. Parece tratar-se, porém, de proposta calcada tão-somente na conjuntura atual, além de ignorar a pequena dimensão das transações internacionais de arroz, que não recomenda desguarnecer a segurança do abastecimento interno, principalmente quando é bem conhecida a suscetibilidade da lavoura a problemas climáticos.